

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: Relações abusivas

Raquel Alves Matos¹; Jean Claudio dos Santos Parra^{2,5}; Sheila Cordeiro Souza Moreira^{3,5}; André Masao Peres Tokuda^{4,5*}

¹Graduada em Psicologia Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Esp. em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade – FMU; ³ Esp. em Atenção Primária à Saúde – UNISAM, Psicóloga – FRB; ⁴ Doutor em Psicologia – UNESP; ⁵ Docente das Faculdade Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: andremasao@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, muitas mulheres sofrem agressão psicológica, e um relacionamento abusivo por não conseguir identificar. A partir do momento que a mulher não consegue mais fazer o que gosta vestir roupas, cursos de interesse, e ser uma mulher independente porque o parceiro não deixa tendo um sentimento de culpa em falar alguma coisa. O ciclo da violência inicia no aumento da tensão, o ato da violência e o arrependimento. A OMS caracteriza os tipos de violência e apresenta a psicológica como todo e qualquer aquele que cause danos, ameaça constrangimento entre outras situações que sinta violada sua integridade física e psíquica.

PALAVRAS-CHAVE: violência; violência psicológica; relacionamentos abusivos; ciclo da violência.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por intuito revelar as várias situações abusivas de mulheres que permanecem no ciclo de violência em seus relacionamentos, de forma que possamos compreender as inúmeras definições de violência e os vários fatores que fazem com que a vítima se encontre nesse ciclo e por fim, trazer as leis que amparam a vítima.

O principal objetivo na pesquisa é transparecer o motivo pelas quais as mulheres persistem em relações abusivas, considerando o público de mulheres em geral, etnias, idades, escolaridade e classe social. Sobre o presente tema neste trabalho vamos abordar como o corpo da mulher se tornou descartável, e trazer um dos dispositivos de

sexualidade. É de suma importância abordar o tema presente e compreender as várias complicações e a inclinação da mulher em se posicionar e resistir em sair do relacionamento abusivo que se encontra.

Segundo as Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada" (Disponível OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde).

Trazendo à tona esse tema, de forma minuciosa, explicativa e preventiva, estaremos contribuindo para a

inserção da vítima no meio social e a de alguma forma apresentar a sociedade o melhor modo de fazer o acolhimento da vítima, e pontuar as leis que amparam quando se encontram em tais situações que envolvem o emocional, físico e psicológico.

1.1 Perspectivas da violência

Segundo Odalia (1991), a violência vai de encontro com tudo àquilo que inflige nosso ciclo de afetividade, como grupos de amigos, família. Está presente em todos os lugares desde mais sofisticado ao de classe baixa, e que ao passar do tempo se adequa dentro dos lares e se instala a violência. O ser humano é um produto da sociedade, reproduz tudo que ela faz. Ou seja, por vezes, se há desigualdade o homem também tem se é violenta, ele também é. O homem acaba reproduzindo aquilo que aprende, de acordo com o ambiente que vive. A agressão possui várias diretrizes, desde antiguidade já se fazia presente na nossa sociedade e se mostra como ataque à integridade física ou moral de alguém. De acordo com a autora (Hayeck 2009, p. 4):

A violência do sistema escravocrata não era um fator que causava estranheza, seja quando vitimizava os escravos, seja quando era o “costume” para dirimir conflitos entre os homens pobres livres (FRANCO, 1978). Em concordância com Franco, Buoro (1999) destaca que no período colonial a sociedade era completamente desigual, a violência era algo comum devido às rivalidades e facções, a população andava armada e havia casos de emboscadas e guerras urbanas.

Segunda a OMS, a violência pode ser definida como qualquer uso de força, física ou poder, contra si mesmo, ou pessoa, grupo, comunidade que resulte em sofrimento, morte, dano psicológico. Apresenta como formas de violência dentre elas doméstica e familiar,

violência física como qualquer ato que vá de encontro com sua integridade ou saúde corporal; violência psicológica qualquer forma que cause danos emocionais, a baixa autoestima ou interfira no seu comportamento, o isolamento, a forma de chantagem, tudo que viole sua privacidade, e que cause prejuízo no seu direito de ir e vir.

Sendo assim, o tempo é relativo que justifica os fatos da mulher não sair de uma relação agressiva, porém ele não é o único motivo que comprove essas pontuações. Como mostra a imagem a seguir o ciclo de violência está o tempo todo indo e voltando no mesmo lugar.

1.2 Ciclo da violência

O ciclo se divide em três momentos, segundo a psicóloga Walker apud Instituto (2018), identificou que as violências no contexto de relações afetivas, se repetem com grande frequência. Dessa forma esses estágios se apresentam em três formas, sendo a primeira chamada “aumento da tensão” no início o violador, tende a ter um comportamento desacerbado mostrando ira e em alguns momentos se irrita por coisas megeras. O agressor tende a baixar a autoestima da vítima levando a pensar que é insignificante, faz diversas intimidações e por vezes acaba com objetos da mesma. Nesta fase a vítima tenta apaziguar a situação, ficando reduzida e evitando qualquer situação que possa provocar a ira do agressor. “As sensações são muitas: tristeza, angústia, ansiedade, medo e desilusão são apenas algumas”.

Dessa maneira, a vítima costuma negar que as agressões estão acontecendo com ela, ocultando os ocorridos das pessoas a sua volta, e por várias vezes ela justifica as atitudes agressivas do cônjuge, “ele teve um dia ruim no trabalho”, por exemplo. O comportamento do agressor tende a aumentar gradativamente, aumentando o descontrole da situação, o que direciona para o segundo momento.

Nessa fase chamada de “ato da violência”, é o momento em que o agressor se torna irreduzível e tem uma explosão, aonde a falta de paciência leva ao ato violento. Onde toda raiva que apresentamos na fase 1 “se mostra agora em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial”. Portanto, o agressor tem consciência que está fora do controle e possui um poder “destrutivo” em vista a sua vida, onde usa companhia nessa fase se sente impossibilitada de reagir a qualquer comportamento. Nesse momento a vítima sofre grande abuso psicológico levando a ter medo de ficar só, a insuficiência, confusão, dor, tristeza, ansiedade. Raramente acontece de a vítima nessa fase procurar ajuda mais em alguns casos ela pode denunciar esconder-se na casa de pessoas próximas, pedir a desunião e infelizmente a casos de cometer até suicídio. De forma geral a um “distanciamento do agressor”.

Por fim, o momento final é chamado “arrepentimento e comportamento carinhoso” também conhecido como a “lua de mel”, o cônjuge demonstra comportamentos de arrependimentos, amável, e tenta uma reaproximação. A vítima sente diversas sensações de confusão, e sente-se pressionada a manter uma imagem visual para toda sociedade, e isso é mais relevante quando o casal possui filhos. Levando a mulher se dissipar de todos seus “direitos e recursos”, por outro lado o agressor fazendo diversas juras e promessas de que “vai mudar” e a ama.

Considera-se que há uma fase tranquila, pela qual a vítima tem o sentimento de felicidade, por serem nítidas as dedicações, cuidados em mudar os seus comportamentos agressivos, contando também os momentos bons que viveram juntos. Dessa forma, com a grande encenação do homem a mulher se sente no dever de se responsabilizar por ele e pela relação, o que abre um leque para dependência emocional entre ela e o

conjugue. Provocando diversas sensações, entre “medo, confusão ilusão” integrando os sentimentos da vítima nesse momento marcado. No entanto a tensão retorna e juntamente com ela a mulher retrocede para a fase 1 se vendo dentro do ciclo da violência.

Figura 1. Ciclo da Violência. Círculo – Casal – cores - vermelho; amarelo; lilás; laranja.



Fonte: Extraído de Governo de SC (Santa Catarina) 2019.

1.3 A histerização do corpo da mulher, gênero e domesticação

A transformação da mulher em mãe surge pela construção social de um fator biológico, e na ideologia apresentada na maternidade como algo “natural”, essencial para as mulheres. Ou seja, uma ideia que está inserida na cultura, e faz parte da vida das mulheres desde criança, uma normatização comum de vermos, que estabelece na infância esse sistema de sexo/gênero, que se perpetua ao longo da vida (GRISCI, 1985).

O gênero é uma construção social de identidade, demonstra a separação que a sociedade faz entre o sexo e os corpos. É visto como uma categoria que funciona como marca social, tendo como resultado os gostos, e preferências nos comportamentos.

Foucault (1988) traz a ideia das

construções sociais, na Era Vitoriana, do que era visto como certo ou errado, uma relação entre saber e poder. Podemos observar a evolução da sexualidade e do sexo principalmente em novelas, a maneira como o assunto é exposto e discutido tem mudado de forma radical. Na Era Vitoriana se tinha como ideia que era necessários costumes rígidos para que a sociedade pudesse se desenvolver então a sexualidade passou a ser encerrada na família, com o objetivo de reprodução. Tudo que escapava era visto como “anormal”, assim o sexo para as famílias na época era apenas para reprodução e não gerador de prazer.

No século XVIII passou a ser autorizado falar sobre o sexo, o discurso da verdade surge para colocar aquilo que é normal e o que não é isso é possível pela transformação do sexo e sexualidade em discurso, o que pode ser controlado, fora do discurso não consegue reprimir, então o sexo foi colocado em discurso para ser interrogado e capturado (FOUCAULT, 1988).

Permitia-se falar de sexo com profissionais “*psi*” da época, em confessionários, porque eram pessoas que tinham um controle do desejo sexual, assim a energia seria simplesmente forçada a não existir. Foucault (1988) coloca que a relação do poder com o sexo será sempre de proibição, negação, tornar um pecado, mas não é possível interditar os prazeres e desejos apenas rejeitar, barrar e excluir não se pode eliminar. Sendo assim se não se pode eliminar, irá colocar como permitido ou proibido. O ciclo da interdição traz que podem existir desejos que não são tidos como normais, mas na escuridão do quarto se for à luz do dia será punido, não deve aparecer sendo levada a censura (FOUCAULT, 1988).

Atuando como dispositivo o poder está em todos os lugares e pessoas, não é exercido em uma única população, o poder se torna líquido, está nas relações. Dessa forma o poder só demonstra parte

de sua tecnologia de interdição para ser tolerável, aceito, o sujeitoado fica sujeito ao poder, as suas normas não existem, podendo escapar, está em todos os lugares na religião, família, escola, na vida. O acesso de barrar não exerce mais pela proibição da lei, mas por normalização e controle dos corpos.

O sexo passa a ser assunto político e econômico (a taxa de natalidade, idade, casamento, nascimentos legítimos e ilegítimos, práticas contraceptivas) O saber sobre o sexo se diz respeito um saber sobre nós, ou seja, ter conhecimento gera prazer.

Nesse sentido Foucault (1988) construiu quatro dispositivos envolvendo saber e poder em relação ao sexo. Neste artigo vamos nos guiar em um desses conjuntos apresentados pelo autor, sendo a Histerização do Corpo da Mulher. A mulher é vista como aquela que está cheia de sexualidade e é improdutiva para a economia, só se torna útil para a sociedade a partir do momento que é transformada em mãe, responsável por educar as crianças e pelo lar.

Para Rubin (1993), a mulher conhecida como a do “lar” mostra que os homens as transformaram em “domesticadas” a fim de manterem a dominação masculina, e a submissão feminina. A autora traz como exemplo a ideia de Marx sobre as pessoas escravizadas e replica para a relação das mulheres com a sociedade, remetendo aquilo que essas vivenciam ao longo da vida, que são construídas como um determinado objeto, a partir da cultura inserida. As mulheres são ensinadas que devem ser submissas aos homens, algo social e cultural, uma construção, quando entendemos isso, é possível transformara sociedade.

Segundo Rubin (1993), se a agressão e a dominação masculinas inatas estão na origem da opressão das mulheres os programas feministas deveriam logicamente exigir ou extermínio do sexo agressor, ou um projeto eugênico para

modificar o caráter, ela traz que deveria ser feita uma radicalização considerando o histórico que as mulheres sofreram, deveria existir uma eliminação dos homens, ou seja, uma troca de domínio na onde a mulher passasse a ter o domínio e não os homens mais.

Rubin constrói uma extensa reflexão sobre os escritos feministas, e sua fixação na questão da subordinação da mulher, fundados nas teorias do matriarcado original e nas leituras de Marx. Propõe uma explicação alternativa para as relações em que as mulheres se tornam oprimida, mediante o conceito de *sistema sexo/gênero*: "[...] conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas". Distinguindo sexualidade e gênero, ela reúne os termos da dicotomia em um mesmo sistema (LAGO, 2010, p. 6).

Sendo assim ao falar de sexualidade entende-se como algo biológico para o ser humano reproduzir, a autora faz essa junção de termos para trazer que a mulher ainda é de alguma forma submissa às vontades do homem, se vendo no dever de sempre estar satisfazendo.

1.4 CRAS – Grupo PAIF e o papel do psicólogo

É importante falarmos sobre o Centro de Referência da Assistência Social, porque é a porta de entrada para políticas públicas assistenciais para muitas pessoas, onde o grupo do PAIF está inserido, e onde essas mulheres, que sofreram alguma violência, chegam ao primeiro, com suas vulnerabilidades, fragilizados e direitos violados. O CRAS tem o papel de acolher e assegurar os direitos dessas famílias, e mulheres.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem por intuito tornar acessíveis os serviços básicos de

proteção social, ofertando serviços desde a assistência financeira ao planejamento básico da família. Através então do CRAS, conhecido como a porta de entrada da Assistência Social, que as famílias em situação de extrema pobreza podem ter acesso a programas sociais, facilitando o acesso a serviços, como o cadastramento em programas sociais, CadÚnico, Bolsa Família, entre outros tipos de programa de renda. O principal serviço prestado a sociedade pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

A assistência social no Brasil, efetiva, como política pública e direito do cidadão, possui recentemente como marco legal a constituição Federal de 1998, a regulamentação da lei orgânica social (LOAS, 1993) e a aprovação da política nacional de assistência social (PNAS em 2004). A política de assistência social com finalidades no sistema do bem-estar social brasileiro, juntamente como a previdência social e o direito à saúde, deverá ser prestada a quem necessitar independente de contribuição à seguridade social. Objetiva na proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, e na compreensão a família como um espaço contraditório, com marcas por desigualdades, conflitos, tensões e até mesmo violência (Couto, 2010). Orientações técnicas da proteção social das SUAS - centro de referência de assistência social - CRAS, é um espaço físico estatal, um conjunto de diretrizes, informações para apoiar municípios e o distrito federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS, com responsabilidade em execuções de programas de atendimentos integrais as famílias, sendo uma unidade pública da assistência social, destinada a prestação de serviços e programas sócio assistenciais da proteção básicas as famílias, para o planejamento da cobertura gradual do CRAS município, é utilizado cadastros de programas sociais, como (Cadastro Único e BPC),

cadastros serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais e estudos existentes (estaduais ou DF) é recomendado ainda, uma investigação sobre a realidade socioeconômica do município, caracterizando em incidências de situações de trabalho infantil, negligência, entre outros (PAIF), criado pelo (MDS), principal ferramenta de proteção social básica. Com finalidades de garantir recursos financeiros, e metodologias para funcionamentos dos centros de referência, este trabalho é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, com funções exclusivas do poder público e não de entidades de assistências social. (MDS, 2004b).

PAIF, objetiva na prevenção em ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco sociais, por meios de atendimentos focados nas garantias de direitos, vigilância social, no fortalecimento dos vínculos familiares. Consistem em programas como de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, centros de convivência para idosos, e serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos, serviços socioeducativos para adolescentes entre 06 a 14 anos (MDS, 2006, 2009). Foi proposta uma atuação interdisciplinar, os conselhos de Psicologia e de Assistência Social publicaram o texto de parâmetros para atuação sociais e psicólogos, na política de Assistência Social (CRP; CRESS, 2007). Essa proposta consta no que assistentes sociais e psicólogos tem por finalidade de criticar a realidade, debatendo o papel da assistência social e das políticas na garantia dos direitos e qualidade de vida da população. Também em 2007, foi lançado referente a atuação dos psicólogos em CRAS (CREPOP), enfatizando as necessidades de suportes de autoridades, e de outros estudiosos da psicologia institucional, social, comunitária e do desenvolvimento, entre outras (CREPOP;

CFP, 2007). No presente trabalho, a psicologia, social, comunitária foi utilizada como fonte de sustentação da prática do psicólogo no CRAS.

O psicólogo deve estar ciente que lidará com o sujeito concreto, com realidade inserida no sócio-histórico-cultural, tendo no cotidiano espaço vital, o que, portanto, opta-se por pensar em metodologia cujos objetivos são definidos e o trabalho pensado e formulado juntamente com a população (Freitas, 1998b). O psicólogo, neste contexto, atua na identificação e prevenção dos riscos e vulnerabilidade sociais, oferecendo escuta qualificada, colaborando para transformações nos entraves nos desenvolvimentos psicológicos e sociais em problematizações das experiências cotidianas, com caráter preventivo e não curativo, trazendo a importância do diálogo, que no qual conduz a busca de soluções concretas e criativas em problemas gerados pela exclusão social e toda a precariedade da vida humana causada por ela. Aliada à assistência social na construção de abordagem participativa, em desenvolvimentos de potencialidades, autonomia dos sujeitos e fortalecimentos de vínculos sociais (AFONSO, 2008).

O cadastramento feito no CRAS possibilita aos usuários um acompanhamento familiar e uma comunidade no seu desenvolvimento, e somente em momentos de suas dificuldades, eles poderão frequentar o espaço e se utilizar dele não só nas emergências, mas também no dia a dia. Podendo ter todo um acompanhamento da participação e dinâmica cotidiana dos usuários atendidos, uma compreensão da família comunidade como um todo é construída. Esta possibilidade de os usuários estarem diariamente no CRAS, acaba facilitando os vínculos entre os profissionais e cria um ambiente de segurança e acolhimento que por meio desse vínculo que surgem as necessidades.

Segundo Raicheles (2010), o trabalho do assistente social tem sido falado

com frequência, na qual vem ganhando força nos debates de profissionais e estudantes e pesquisadores do Serviço Social, dentro dos espaços são desenvolvidas diversas atividades que aparecem no cotidiano das instituições públicas e privadas. As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho através de processos que estão sujeitos a redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições e demandas de possibilidades do trabalho do psicólogo e assistente social.

No CRAS, existe um grupo de rede onde é discutido, casos que são vinculados com o CREAS, na qual psicólogos dos lugares destinados trazem casos a serem discutidos em grupos, a fim de identificar questões como violência, vulnerabilidade entre outras questões. Na qual uma vez que é constatada determinada situação, o profissional se propõe a realizar um trabalho de sensibilização para denúncia e encaminhamento da vítima para o CREAS. Com o objetivo de fortalecer os serviços do CREAS, que até então era visto como um serviço especializado de atendimento aos dependentes químicos (o CREAS chegava a receber encaminhamentos realizados por médicos e/ou psicólogos do hospital e postos de saúde, com pacientes em surto que eram trazidos de ambulância), promoveu-se uma capacitação para os atores sociais (participantes da rede), tendo em vista sensibilizá-los sobre a questão. Esses encontros são formas de estratégias da rede da correlação do CRAS e CREAS a fim de identificar problemas, e solucionar os casos (ANSARA; TANFFARELLO, 2015).

A Assistência Social se apresenta como um campo de trabalho de importância fundamental para se discutir a atuação do psicólogo, visto que o profissional se depara com um público-alvo que, ao longo do desenvolvimento histórico da profissão, esteve fora do seu escopo

interventivo. É possível compreender que o CRAS é visto como um espaço atravessado pelas contradições que marcam a política de Assistência Social. Tais contradições desdobram-se no trabalho do psicólogo, exigindo que esse profissional tenha clareza dos limites e possibilidades da intervenção no campo do bem-estar social. Para tanto, considera-se imprescindível reconhecer o seu posicionamento ético-político e, a partir desse, enxergar as repercussões de sua ação no âmbito da comunidade. Não se pretendeu aqui engessar a prática psicológica nesse espaço, mas lançar reflexões e apontar alguns caminhos possíveis a partir de um diálogo entre a Psicologia comunitária e a PNAS. Conclui que o encontro do profissional de Psicologia com a comunidade tem o potencial de abrir caminhos para a sua prática. A atuação do psicólogo possibilita, nas limitações estruturais impostas pelo modo de produção capitalista, avançar na efetivação da garantia de direitos nas dimensões individual, familiar, grupal e comunitário, contribuindo para o fortalecimento das políticas sociais (OLIVEIRA et al. p.293-296, 2015).

Contudo, é possível afirmar que a mulher, está sendo assegurada e protegida contra a violência doméstica ou quais quer que seja. Leis vêm promovendo as mulheres sua integridade física e psicológica. No caso de assédio moral, sexual ou psicológico cabe a justiça, julgar e punir quem se aproveita de sua hierarquia como forma de se aproveitar da fragilidade do medo, por exemplo, chefes, encarregados e até mesmo colegas de trabalhos e suas “brincadeiras de ofensas machistas”. E seu próprio companheiro (a). Outro ponto a ser observado seria ressaltar que a desigualdade perante a sociedade e oportunidades ainda é vivenciada. Cabe ao poder público, familiares e sociedade criar condições necessárias para os efetivos direitos seja obedecido e respeitado. O psicólogo tem papel fundamental no CRAS, na qual faz

o acolhimento das famílias, e desenvolve atividades, que vão estar voltadas para atenção e a prevenção de situação de risco, tendo como objetivo atuar nas situações de vulnerabilidades através dos meios de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas.

Com o material observado durante a elaboração desse presente artigo, foi possível notar a necessidade de se trabalhar com as mulheres, com uma visão mais ampla e usando das ferramentas da psicologia. Assim se faz possível identificar as dificuldades e pontos a serem trabalhados sofrem psicologicamente por conta do abuso imposto por homens controladores. A erotização de seu corpo, a histerização e a pedagogização do corpo da criança. São algumas das fases observadas e devem ser trabalhadas de forma humanizada com a finalidade de um tratamento e libertação das amarras que esse luto pela liberdade de ser mulher traz.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é compreender o que é a violência, com foco na violência contra a mulher no contexto do relacionamento abusivo. Buscamos dar suporte e visibilidade ao que é de fato uma violação física ou psicológica

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado o método hipotético-dedutivo que se dá através do levantamento de hipóteses e análise de dados. E o método quali-quantitativo onde será coletar dado, com auxílio de entrevistas. Realizada a entrevista no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) com 5 mulheres, com perguntas fechadas destinadas ao público feminino faixa etária 20 a 40 anos, sendo as mesmas assistidas pelo grupo Programa de atenção básica (PAIF) aplicação do

questionário será realizada neste grupo de mulheres que já são atendidas pelo programa e que possuem vulnerabilidade social.

A escolha dessas mulheres que já passam por acompanhamento psicossocial ou que já sofreram algum tipo de violência psicológica. O questionário apresenta questões abertas e fechadas, sendo umas mais diretas e outras mais indiretas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas presencialmente, no CRAS dentro do grupo PAIF (com mulheres que passam pelo atendimento psicossocial), desse modo às entrevistadas responderam presencialmente na reunião mensal, em contato com a pesquisadora.

No início do questionário foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido e a orientação de prosseguir ou desistir a qualquer momento para dar seguimento ao questionário. Com isso acreditamos que conseguimos seguir os protocolos do Comitê de Ética em Pesquisa, assegurando que as participantes tivessem consciência sobre o objetivo da pesquisa e seus direitos sobre a participação ou não.

Foram entrevistadas cinco mulheres entre 19-67 anos (cada uma com 19, 27, 28, 44 e 67 anos de idade), todas com o sexo de fêmea e gênero feminino. O grau de escolaridade da participante 1 era de ensino superior incompleto, participante 2 e 3 eram de ensino médio incompleto, participante 4 era pós-graduação, participante 5 era ensino fundamental completo. Pergunta 1 (forma como desejava ser chamada na pesquisa), apenas duas desejaram ser chamadas pelo nome e as outras três não se identificaram. Na questão 4 (estado civil), duas têm união estável e as outras três, solteiras.

As questões abertas sobre violência obtiveram as respostas mostradas no

Quadro 1.

Quadro 1. Resultados da entrevista.

Questão	Respostas das participantes				
	1	2	3	4	5
O que é violência?	“é a violência que atinge a sua integridade, mental etc.”.	“violência é quando tem agressões não só física mais mental onde causa danos”	“ter seus limites controlados”	“o que causa sofrimento”	“violência é horrível e mulheres não devem ser violentadas”
O que é violência física?	“é quando a pessoa chega no nível de agressão, na questão de bater deixar hematomas”.	“quando uma pessoa agride a outra física”	“agressão corporal”	“agressão”	“é uma tristeza e dor”
O que é violência psicológica?	“a pessoa faz a violência com palavras, xingamentos, manipulações, faz com que você não tem pensamento próprio”	“onde atinge o psicológico da pessoa e meche com psicológico mental”	“ser rebaixada por palavras”	“forma de tortura sentida no interior”	“é quando a mulher é maltratada e humilhada”
O que é violência sexual?	“quando a pessoa te faz fazer coisas sem o seu consentimento, querer insistir naquilo”	“onde a outra pessoa não quer relação sexual”	“ser obrigada a fazer sexo”	“forçada ao sexo”	“brutalidade”
Você já sofreu algum tipo de violência? Se sim qual?	“sim, manipulação”	“não”	“sim, psicológica”	“não”	“sim, agressão física e psicológica”
Você já vivenciou (vive) um relacionamento abusivo/violento?	“não”	“sim, já abusivo”	“já vivenciei”	“não”	“já vivenciei, não vivencio mais”
Se sim, como fez para sair dele? Caso ainda esteja, quais os motivos a faz ficar?	“não vivenciei”	“terminei o relacionamento”	“sair de casa”	“não”	“procurei a equipe do CRAS, a equipe auxiliou na interação, ele não aceitou e preferiu sair de casa”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As questões fechadas de modo geral obtiveram as seguintes correlações de respostas, nas questões (17,18 e 19), as participantes 05 e 03 mesmo com a diferença de idade sofreram violência física e psicológica, o que demonstra que a violência pode ocorrer nas mais diversas fases da vida das mulheres. Por vezes as ameaças, o medo, a vergonha e a desinformação sobre como denunciar acabam influenciando a vítima a demorar na procura por ajuda dos órgãos e serviços públicos destinados à sua proteção. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados há poucos dias, o número de registros em delegacias de mulheres vítimas de violência doméstica caiu ano passado. Foram 246.664 em 2019 e 230.160 em 2020. Entretanto, os telefonemas para o número da polícia, aumentaram 16,3%. Sendo assim, a dificuldade de sair de um relacionamento abusivo, associado a diversos fatores, como, a falta de informação e conhecimento sobre seus direitos e sobre a rede de atendimento, sentimentos de medo, culpa e vergonha, a dependência econômica do agressor para a criação dos filhos e a falta de acesso e/ou confiança nos serviços de atendimento a mulheres em situação. Também fica visível que a participante 03 traz nas respostas abertas um dos motivos para não sair do relacionamento abusivo, que é não ter onde ficar quando “sair de casa”.

É importante colocar que a mulher pode procurar atendimento onde sua fala é totalmente sigilosa. A plataforma do GOV, disponibiliza um espaço de atendimento à mulher, através do número 180, proporciona um espaço de escuta e acolhimento das vítimas em situação de violência doméstica. Os atendimentos recebem as denúncias e realizam os encaminhamentos para demais autoridades e unidades de atendimento. Este meio de comunicação, é informativo e traz os direitos da mulher, e orientações de locais mais próximos para recorrer em cada

demanda: Defensorias Públicas, Delegacias de Atendimento à Mulher, CRAS, entre outros, “A ligação não possui custos, e o serviço tem funcionamento 24 horas por dia, sendo todos os dias da semana. Diariamente são atendidas mulheres relatando ocorridos de violência contra a mulher.” (GOV, 2022).

A participante 05 conseguiu buscar ajuda no CRAS através do acompanhamento psicossocial, iremos falar da importância desse serviço abaixo, que pode ajudar muitas mulheres, como foi com a entrevistada 05.

A participante 02 informou que não vivenciou nenhum tipo de violência, mas quando questionada se o companheiro já a chamou de feia, burra, lixo, insuportável respondeu que sim, como citado nos tópicos acima esse tipo de fala são violências psicológica, alguns autores apresentam a diferença de violência física e psicológica, apontando que enquanto uma envolve a agressão física, por outro lado a segunda forma de agressão apresenta palavras, gestos, olhares dirigidos e não necessariamente ocorre o contato físico (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

O mesmo ocorre com a participante 04, que responde não ter vivenciado nenhum tipo de violência, mas ao chegar às questões fechadas colocou que quando brigam (ela e o companheiro) ele não foca no motivo da briga, mas sim em atacá-la. Podemos destacar assim que muitas mulheres não percebem quando estão sofrendo violência psicológica, assim “[...] pode-se considerar a violência doméstica psicológica como uma categoria de violência que é negligenciada”. Os autores destacam, “[...] a violência psicológica não afeta somente a vítima de forma direta. Ela atinge a todos que presenciam ou convivem com a situação de violência” (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007, p. 6). Os autores apresentam como exemplo, os filhos que presenciam a violência psicológica dos pais, e podem passar a reproduzir estes

comportamentos futuramente, com namorada, companheiro, colegas de trabalho, entre outros ao longo da sua vida (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A participante 5 traz que já vivenciou violência e que o CRAS a auxiliou nesse processo. Assim, é fundamental trazer sobre a atuação do profissional de Psicologia no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. A participante mostra a importância do CRAS, quando vivenciou as agressões. Conforme Santos (2018, p. 5):

[...] o psicólogo precisa ir além do que é manifesto verbalmente nos atendimentos; faz-se necessário abordar o "não dito" das problemáticas e promover um encontro único com a pessoa atendida, o qual não é passível de ser concebido antecipadamente.

Ou seja, o psicólogo em casos como esse, precisa realizar um trabalho em rede, de maneira interdisciplinar, conseguindo assim acolher e promover espaços de escuta para que mais mulheres consigam se sentir pertencente a uma comunidade e acolhidas pela instituição.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que diante de uma sociedade machista a mulher seria vista somente um objeto sexual ou mão de obra escrava. Aquela que não tem direito, mas tem inúmeros deveres. Algumas de suas nomeações seriam, por exemplo, Dona de casa, secretária do lar, minha esposa, minha funcionária, nomes que sempre veem acompanhadas desse pronome possessivo minha, dando a entender o grau de posse sobre a pessoa, além de colocá-la somente no ambiente privado. Dentre outras que simplesmente mascaram as reais funções da mulher. A pesquisa tem suma importância, diante que boa parte das pessoas não sabe o que é violência, ou acreditam que essa é apenas física. É

importante que demais pesquisadores se aprofundem ao tema.

O objetivo do trabalho de certa forma foi alcançado, que é entender os pontos porque a mulher não sai de um relacionamento abusivo, os principais fatores encontrados para não sair do ciclo da violência é a dependência financeira do parceiro e a falta de autonomia em poder criar os filhos. A dependência emocional, por vezes acompanhada de várias pressões psicológicas dentre outros fatores sociais. Discutimos que a sua liberdade sexual e pessoal começou a ser vista logo depois da revolução industrial e foi possível notar que as mulheres começaram a garantir seus direitos dentro da sociedade. A qual era composta somente por homens autoritários, e dessa forma cabia as mulheres fazerem somente o papel de empregadas, mães e esposas que devem executar seus deveres em silêncio.

Atualmente a mulher ainda luta por seus direitos, os quais são assegurados pela constituição, porém há muito que ser conquistado no mundo feminino, entre políticas públicas, direitos e valores serem assegurados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. de S.; MORAIS, N. A. de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 2, p. 378-392, 2017.

ANSARA, S.; TAFFARELLO, I. M. S. O trabalho psicossocial em rede: uma experiência no município de Cajamar. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 101-114, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2022.

CANAVEZ, F. A violência a partir das

teorias freudianas do social. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 33-48, 2014. Disponível em <http://pep-sic.bvsalud.org/sci-elo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2022.

CREAS, prefeitura do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.rio-grande.rs.gov.br/pagina/creas-e-servico-de-referencia-no-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

DOS SANTOS, T. M. O trabalho do psicólogo no Cras: diferentes formas de cuidar. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei, v. 13, n. 1, p. 1-11, abr. 2018. Disponível em: <http://pep-sic.bvsalud.org/sci-elo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2022.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I - A vontade de saber - tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, I. R. R.; FERNANDES, S. C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, jan. 2018. Disponível em: <http://pep-sic.bvsalud.org/sci-elo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2022.

GOV, Plataforma do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 17. out. 2022.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KIND, L. et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312>.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. de A. Homens, gênero e violência contra a mulher. Saúde e Sociedade [online]. v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200008>.

MOROSKOSKI, M. et al. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: Uma análise de tendência. Ciência & Saúde Coletiva [online], v. 26, suppl 3, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020>.

ODALIA, N. O. O que é a violência. 6 ed: São Paulo: Editora e livraria brasiliense, 1991.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em: 19 maio 2022.

ROSA, R. et al. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. v. 14, n. 32, p. 81-90, 2010. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000100007>.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres. Notas sobre a "Economia Política" do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SILVA, L. L. da, COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>.

SILVA, M. C. M. et al. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e notificados em Recife, Pernambuco, 2012. Epidemiol. Servir Saúde, Brasília, v. 22, n. 3, p. 403-412, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300005>.